



## **Carta do Rio de Janeiro**

1. A História em suas diferentes modalidades, vivida, pensada, pesquisada e ensinada, possui a capacidade de nos surpreender, de fazer a humanidade refletir. Seja a partir dos elementos de mudança, ruptura e novidade, seja pelos aspectos que parecem se repetir, gera apreensão e sobreaviso entre as pessoas que valorizam a história e o seu conhecimento. Apreender as experiências humanas no tempo, interpretá-las à luz das indagações do presente e dos processos científicos, gerar sentido e significado para a vida em sociedade, são funções da História, seja diante de uma pandemia ou dos problemas da política, seja enquanto objeto de pesquisa, seja como atividade de ensino e aprendizagem. Recusar a existência de uma pandemia, e a necessidade de enfrentá-la, é tão perigoso quanto ignorar o autoritarismo e as semelhanças com o fascismo.

2. O ano de 2021 segue marcado pelos trágicos reflexos de uma pandemia – que poderiam ser, no mínimo, amenizados – por uma atuação mais responsável do Governo Federal, e pelo agravamento de problemas e tensões sociais decorrentes de políticas públicas voltadas ao desmonte do Estado Democrático de Direito; além da destruição do meio ambiente e silenciamentos das minorias, através de intimidações, coações físicas e virtuais/digitais e omissões diante de sua vulnerabilidade social no contexto da pandemia, contribuindo para o desmonte do SUS e o colapso da saúde pública.

3. Este processo de desconstrução da democracia teve início com o golpe de 2016 e contou com a atuação de setores do judiciário e ministério público, que em desrespeito às normas básicas do Direito e adotando condutas que não condizem com a importância de seus cargos, descumpriram obrigações constitucionais e contribuíram para uma instabilidade jurídica e política, que afeta a credibilidade das instituições da República dentro e fora do país. Os setores que promoveram o golpe e seus apoiadores valeram-se de uma falsa justificativa de combate à corrupção que se revelou seletiva e cujas narrativas não se aplicam aos governos de direita e extrema-direita que se instalaram no poder e que, de forma deliberada, promovem o aparelhamento das instituições, como amplamente difundido pela imprensa.

4. Vivemos um período com características que já começavam a se constituir no contexto da realização dos dois primeiros encontros do FORDHIFs em 2017 e 2019. Em primeiro lugar, já apontávamos os problemas gerados pela Emenda Constitucional 95/2016 e os congelamentos dos investimentos públicos no setor primário como garantia do pagamento dos títulos da dívida pública; dívida esta que defendemos que passe por uma auditoria como reza o artigo 71 da Constituição de 1988. Outro elemento que já nos preocupava era a reforma do Ensino Médio, concretizada pela lei 13415/2017, que alterou profundamente o que se pretende como educação da juventude brasileira, limitando a aprendizagem às disciplinas de Português, Matemática e Inglês, e fatiando a formação comum em itinerários a serem definidos pelos sistemas de ensino em um país com desigualdades que se comparam à extensão geográfica em amplitude. Com o atual Programa Nacional do Livro Didático, caracterizou-se a Reforma do Ensino Médio em suas características mais reducionistas em relação à educação dos nossos jovens.

5. O governo que chamávamos, antes da pandemia de covid-19, de desqualificado e desequilibrado, segue defendendo as incongruências de ser neoliberal na economia (quando precisamos da atuação do Estado), conservador e reacionário nos costumes e autoritário na política; além da vergonhosa dependência e subserviência em relação aos interesses políticos e do capital estrangeiro, pisoteando qualquer resquício de interesses e defesas de um pretenso nacionalismo que se anunciava.

6. Em coro com a sociedade civil, destacamos nosso repúdio a qualquer ataque ou desrespeito ao Estado Democrático de Direito, desrespeitos que se materializam como ataques a jornalistas, docentes e funcionários públicos, que prezam pelos valores da transparência e da democracia; assim como repudiamos posicionamentos políticos e ameaças de militares do alto comando das Forças Armadas.

7. Dentro da nossa liberdade de pensamento e de cátedra, e garantindo a diversidade de ideias, como historiadores e historiadoras docentes assumimos uma postura de defesa da democracia e das instituições republicanas, portanto defendemos penalização imediata a qualquer indivíduo ou grupo que, independentemente do cargo que ocupa, levante qualquer tipo de ameaça ao *“Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”* (Preâmbulo, CF1988) sendo estes elementos basilares para a convivência e respeito às instituições em nosso país.

8. Sabemos que a História não costuma perdoar facínoras, que a lata de lixo da história é o lugar dos grupos que defendem a morte ao invés da vida, que

defendem a violência no lugar do reconhecimento, que defendem interesses individuais no lugar da vida humana, dos que recusam a ciência em defesa de favorecimento e enriquecimento ilícito. Voltam apenas como uma fonte histórica para serem interpretados e criticados à luz de indagações futuras sobre ações no passado.

9. Como sabemos que a história é mudança e resultado das lutas que foram travadas, também reconhecemos algumas mudanças. Depois de anos de luta, vimos a profissão de Historiador ter finalmente seu reconhecimento e entendemos que isto representa um avanço em tempos de precarização do trabalho, da Educação em especial. O reconhecimento serve como incentivo para continuarmos lutando pela construção de uma sociedade realmente justa, tolerante, igualitária e livre, na qual todos e todas tenham liberdade para ser quem realmente são e que para que o conhecimento histórico possa ser plural como é a sociedade, eliminando o risco de histórias únicas narradas ao gosto e ao proselitismo político e religioso de determinados grupos que demonstram apego ao poder e a sua permanência no poder.

10. Para que a história seja plural como a sociedade, comunicamos nesta carta do Rio de Janeiro, reunidos virtualmente no âmbito da programação do 31º Simpósio Nacional de História e no III Fórum dos Docentes de História da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORDHIFs) elementos que nos geram preocupações, assim como os projetos fundamentais que defendemos e propomos.

11. Nos preocupa e repudiamos:

12 - Os ataques aos Estado Democrático de Direito, com ameaças a democracia e as instituições da República, bem como as intervenções nas escolhas dos reitores das instituições da Rede Federal;

13 - A forma como o atual governo tem enfrentado a pandemia, afetando direta e indiretamente a vida de milhões de brasileiros, ocasionando mortes evitáveis por um programa público de vacinação, assim como o desmatamento e os incêndios em áreas florestais brasileiras, afetando a vida de comunidades tradicionais. Deixando “passar a boiada” como enunciou o ex-ministro do meio ambiente, não apenas em relação às regras de conservação ambiental, mas nas corrupções em torno da negociação de vacinas, assim como na desestruturação da educação nacional, especialmente do Ensino Médio.

14 - A emenda constitucional 95/2016 que impede investimentos no setor primário (dentro deste, investimentos na educação, antes previstos em lei) e que agora transformaram o legislativo em um balcão de negócios através de emendas parlamentares.

15 - A reforma do Ensino Médio temerosamente estabelecida entre 2016 e 2017, assim como seu complemento através do PNLD 2021 que concretiza a extinção dos componentes curriculares e compromete de forma desigual a formação da juventude brasileira, sobretudo das escolas públicas que formam a maioria das instituições escolares brasileiras.

16 - A articulação entre a EC 95, a reforma do Ensino Médio, o PNLD 2021 e a portaria 983/2021 que cria um cenário de insegurança jurídica para a realização da missão dos Instituições de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como previsto da lei 11892/2008.

17 Por sabermos que a história é construída pelas ações humanas no tempo e por não admitirmos nenhum fatalismo diante do cenário que nos preocupa, somos propositivos e destacamos o que defendemos:

17.1)Defendemos a democracia e o Estado Democrático de Direito, reconhecendo a nossa Constituição de 1988 como um chão comum de onde podem partir propostas de expansão dos direitos políticos, civis e sociais que têm marcado as tradições de luta por igualdade e reconhecimento, e das quais não podemos abrir mão.

17.2)Pelo respeito a vida da população brasileira e o tratamento digno e igualitário entre as pessoas, seja na saúde, na educação, na relação com a justiça. Que a sociedade brasileira seja respeitada, assim como as suas instituições e a democracia.

17.3)Pela revogação da emenda constitucional 95/2016 e pela auditoria cidadã da dívida pública.

17.4)Pela revogação da lei 13415/2017 que reduziu drasticamente as condições de formação da juventude brasileira no ensino médio. Defendemos assim a concepção de Ensino Médio Integrado como uma educação capaz de formar a juventude tanto para o mundo do trabalho, quanto para a continuidade dos estudos no Ensino Superior, portanto a formação humana em sentido amplo, que a juventude ao sair do Ensino Médio tenha amplas capacidades de compreensão da sociedade, assim como das possibilidades de sua transformação. Entendemos que a proposta do Ensino Médio Integrado, nascida das lutas pela democratização nos anos 1970-1980, interrompida por proposições educacionais de cunho empresarial e tecnicista nos anos 1990, e hoje materializada nos Institutos Federais, deve ser entendida como uma possibilidade de alcance de uma identidade para o Ensino Médio que o caracterize como espaço de formação omnilateral, integral e integrada da juventude brasileira.

17.5)Defendemos, portanto, a necessidade do investimento do Estado para a superação das crises que nos envolvem (crise pandêmica e educacional), que as

decisões sobre a política e em especial a política educacional brasileira sejam democráticas e atendam os interesses das classes trabalhadoras. Neste sentido nossa defesa é de uma educação pública, gratuita, de qualidade, laica, democrática, direito de todos e todas e dever do Estado, socialmente referenciada e inclusiva.

18. Por fim, nós historiadoras e historiadores docentes, em reunião virtual durante o 31º Simpósio Nacional de História e no III Fórum dos Docentes de História da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORDHIFS) organizado a partir do Rio de Janeiro, recuperamos a atitude marcante e simbólica de Marielle Franco, vereadora e militante pelo Direitos Humanos brutalmente assassinada em 14 de março de 2018, para encerrar nossas denúncias e anúncios: “as rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas.” (Marielle Franco, 2018). Defenderemos a educação pública brasileira, a formação da nossa juventude, a História como campo de conhecimento necessário à formação humana e à democracia. Com os pés no chão das salas de aula, nas pesquisas e na ciência e a partir do presente, para que a história e as ciências humanas possam seguir sendo vividas, pensadas, pesquisadas e ensinadas, a partir de nossas indagações e demandas do presente.

Brasil, 23 de julho de 2021, segundo ano da pandemia da Covid-19, com mais de 547 mil mortos.

**FORDHIFs - Fórum de Docentes de História da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**